



DECISÃO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.120/2025

Processo de Recurso nº 42.816/2025 - Processo Licitatório nº 09.784/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.066/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE PONTO EM NUVEM DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, possibilitando o controle de frequência de entrada e saída, Gestão de Escala de Plantão e Gestão de Controle de Férias, com fornecimento do software, cadastro de banco de dados com todos os servidores públicos existentes, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, suporte técnico, para atender as necessidades da Subsecretaria de Recursos Humanos, pelo período de 05 (cinco) anos.

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, tempestivamente, pela empresa **DISNIBRA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 41.835.448/0001-02, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.786.517/0001-01, no bojo do Pregão Eletrônico n.º 90.120/2025.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **DISNIBRA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **WORKSERV**



DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

II) DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que a especificação do equipamento ofertado não atende as exigências técnicas do edital, que o equipamento ofertado (Evo 40) não possui leitor de QR Code, exigido expressamente nos itens 3.5.11, 3.11.65 e 4.2.11 do TR; a empresa declarou necessitar de 90 dias para implantação, violando o item 5.1 do edital, que fixa prazo máximo de 30 dias; a empresa não possui equipe própria no Estado do RJ e não poderia subcontratar mão de obra (vedação expressa no item 3.7.8); o volume de instalações (mais de 200 equipamentos) seria operacionalmente inviável para a estrutura apresentada.

Alega ainda, que o preço ofertado pela empresa estaria 80% abaixo do valor referencial, ultrapassando o limite de 50% previsto no edital para caracterização de indício de inexequibilidade.

A recorrente afirma que tais falhas são insanáveis e caracterizam violação ao princípio da vinculação ao edital.

III) DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, apresentou suas contrarrazões dentro do prazo de 3 dias úteis previstos no edital.

Refutando a alegação de inexequibilidade, onde apresentou planilha de custos completa, comprovando que o valor proposto cobre despesas e gera lucro; possui estrutura própria e tecnologia desenvolvida internamente, o que reduz custos e justifica preços mais



Comissão Permanente de Pregão III

baixos; já executa contratos similares em diversos municípios e órgãos públicos, comprovando a viabilidade do preço.

Quanto a compatibilidade técnica - Prova de Conceito, a empresa alega que a decisão técnica da Comissão Especial é soberana e baseada em análise minuciosa; a solução ofertada atende ao QR Code via aplicativo mobile, cumprindo a funcionalidade exigida mesmo sem leitor físico no equipamento; o reconhecimento facial oferece segurança superior à leitura de QR Code; o registro remoto via app supera a ferramenta WhatsApp em segurança e atendimento à finalidade do edital; o Relatório Técnico da Comissão atestou que a solução é plenamente compatível e até superior ao exigido.

Quanto a alegação de prazo superior a 30 dias é considerada distorção, a empresa esclarece que o sistema será implantado em 30 dias, dentro do que exige o edital; o período de 90 dias citado pela Recorrente refere-se ao ciclo completo, incluindo monitoramento assistido, previsto no edital e que representa valor agregado, não descumprimento.

A empresa refuta alegações de dependência de parceiros, esclarecendo que o técnico mencionado é empregado próprio, não terceirizado; possui equipe regional e estrutura suficiente para atender ao município; a capacidade operacional já foi avaliada e aprovada na fase de habilitação.

IV) DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito à exequibilidade do valor ofertado pelas empresas Recorridas.

No que se refere à análise técnica das propostas das empresas Recorridas, cabe ressaltar que foi solicitada manifestação formal do Órgão requisitante, acerca das especificações dos produtos ofertados. Em resposta, a área técnica manifestou-se



favoravelmente, após apresentação completa presencial do sistema, conforme relatório apresentado.

Desta feita, a reapreciação e manifestação da Unidade Requisitante será fundamental para subsidiar a análise de exequibilidade da proposta, bem como para resguardar a Administração quanto à adequada execução do objeto contratual. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das especificações técnicas deve estar fundamentada em parecer técnico emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.

IV) DA ANÁLISE TÉCNICA

Após análise, o presente processo restou encaminhado para a Subsecretaria de Recursos Humanos, onde emitiu parecer alegando que, quanto a inexecuibilidade a empresa vencedora apresentou documentação robusta, atendendo integralmente às exigências do TR (itens 13.4.1.1, 13.4.1.2, 13.5 e 13.6), além de apresentar Declaração de Exequibilidade e demonstrar ampla experiência na prestação dos serviços a diversos órgãos públicos, inclusive de grande porte. Conforme a Súmula 262 do TCU, a presunção de inexecuibilidade é relativa — e não há elementos técnicos no recurso que infirmem as comprovações apresentadas.

Quanto ao leitor de QR Code, não há exigência de que o leitor esteja obrigatoriamente acoplado ao equipamento físico. A contratada disponibiliza a funcionalidade por meio de solução mobile, atendendo aos requisitos dos itens 3.5.11, 3.11.65 e 4.2.11 do TR.



Comissão Permanente de Pregão III

Quanto a marcação de ponto via WhatsApp, a alegação foi superada porque a vencedora comprovou ferramenta superior, permitindo registro remoto com geolocalização por dispositivos móveis, atendendo ao item 3.11.68.

Referente ao prazo de 30 dias, a afirmação de que a empresa não cumpriria o prazo previsto no item 5.1 do TR é meramente especulativa e desacompanhada de qualquer comprovação. Eventual descumprimento, se ocorrer, está sujeito às penalidades contratuais.

E por fim, quanto ao relatório de compatibilidade técnica, o mesmo é elaborado pela Comissão Específica possui presunção de legitimidade (*juris tantum*) e só poderia ser afastado mediante prova concreta de ilegalidade, o que não foi apresentado pela Recorrente.

Desta forma, o recurso é tempestivo e deve ser conhecido, porém desprovido, pois a Recorrente não demonstrou qualquer irregularidade na habilitação da empresa WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA. A vencedora comprovou plenamente o atendimento de todas as exigências editalícias e apresentou amostra técnica satisfatória

V) DA DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no art. 164 e demais disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como subsidiado pelos pareceres técnicos da Subsecretaria de Recursos Humanos, **CONHEÇO** a presente impugnação e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida, em obediência aos Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital e Segurança Jurídica.**

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão III

Publique-se a presente decisão na íntegra no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/>) e no Portal Compras.gov.br, conforme normativos aplicáveis.

Nova Friburgo, 02 de dezembro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira - Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036